

Biblioteca, leitura e cidadania em escolas públicas: desafios e potencialidades

Library, reading and citizenship in public schools: challenges and potentialities

Biblioteca, lectura y ciudadanía en escuelas públicas: desafíos y potencialidades

Laiana Ferreira de Sousa

Universidade Federal do Ceará, Brasil

laiana.sousa@ufc.br

<https://orcid.org/0000-0001-8874-3703>

Lidia Eugenia Cavalcante

Universidade Federal do Ceará, Brasil

lidia@ufc.br

<https://orcid.org/0000-0002-3190-6900>

Emidio Sanderson Dias Sá

Universidade Federal do Ceará, Brasil

emidiosanderson@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2381-4520>

Submetido em: 1 de dezembro de 2025

Aceito em: 4 de maio de 2026

Publicado em: 12 de junho de 2026

Licença:



Como citar este artigo:

SOUSA, Laiana Ferreira de; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; SÁ, Emidio Sanderson Dias. Biblioteca, leitura e cidadania em escolas públicas: desafios e potencialidades. **REBECIN**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 1-27. 2026. DOI: <http://doi.org/10.24208/rebecin.v13.454>

RESUMO

Esta pesquisa aborda os desafios e as potencialidades das bibliotecas escolares em instituições públicas situadas em contextos de vulnerabilidade social e econômica no Ceará. Tem como objetivo geral analisar o projeto *Territórios da Leitura* como uma iniciativa de promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas de comunidades vulneráveis. Adota-se uma abordagem qualitativa, articulando observação participante, análise documental e registros de campo. O referencial teórico apoia-se em autores dos campos da leitura, da mediação e das políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas. Os resultados são organizados em três eixos analíticos: (1) a revitalização simbólica e física dos espaços de leitura; (2) as práticas de mediação e os processos de formação de leitores; e (3) a articulação do projeto com políticas públicas de educação e cultura. Conclui-se que a relevância desta investigação reside na compreensão do impacto social de iniciativas que buscam enfrentar desigualdades no acesso ao livro e à cultura, sobretudo em territórios historicamente marginalizados. Além disso, o estudo oferece subsídios para o fortalecimento e a qualificação de políticas públicas e educacionais voltadas à democratização da leitura e ao desenvolvimento de bibliotecas escolares.

Palavras-Chave: Bibliotecas escolares. Políticas públicas. Leitura e cidadania. Escolas públicas.

ABSTRACT

This research examines the challenges and potentialities of school libraries in public institutions located in contexts of social and economic vulnerability in Ceará. Its general objective is to analyze the *Territórios da Leitura* project as an initiative for promoting reading and citizenship in public schools within vulnerable communities. A qualitative approach is adopted, combining participant observation, document analysis, and field notes. The theoretical framework is grounded in authors from the fields of reading studies, reading mediation, and public policies related to books,

reading, and libraries. The results are organized into three analytical axes: (1) the symbolic and physical revitalization of reading spaces; (2) mediation practices and reader development processes; and (3) the project's articulation with public policies in education and culture. The study concludes that its relevance lies in understanding the social impact of initiatives aimed at addressing inequalities in access to books and culture, particularly in historically marginalized territories. Furthermore, it provides insights to support the strengthening and improvement of public and educational policies focused on democratizing reading and fostering the development of school libraries.

Keywords: School libraries. Public policies. Reading and citizenship. Public schools.

RESUMEN

Esta investigación examina los desafíos y las potencialidades de las bibliotecas escolares en instituciones públicas ubicadas en contextos de vulnerabilidad social y económica en Ceará. Su objetivo general es analizar el proyecto *Territórios da Leitura* como una iniciativa de promoción de la lectura y la ciudadanía en escuelas públicas de comunidades vulnerables. Se adopta un enfoque cualitativo, que combina la observación participante, el análisis documental y los registros de campo. El marco teórico se fundamenta en autores de los campos de los estudios de la lectura, la mediación lectora y las políticas públicas relacionadas con el libro, la lectura y las bibliotecas. Los resultados se organizan en tres ejes analíticos: (1) la revitalización simbólica y física de los espacios de lectura; (2) las prácticas de mediación y los procesos de formación de lectores; y (3) la articulación del proyecto con políticas públicas de educación y cultura. El estudio concluye que su relevancia reside en la comprensión del impacto social de iniciativas orientadas a enfrentar las desigualdades en el acceso al libro y a la cultura, especialmente en territorios históricamente marginados. Además, aporta elementos para fortalecer y mejorar las políticas públicas y educativas destinadas a la democratización de la lectura y al desarrollo de las bibliotecas escolares.

Palabras clave: Bibliotecas escolares. Políticas públicas. Lectura y ciudadanía. Escuelas públicas.

1 INTRODUÇÃO

A literatura científica reconhece que a leitura desempenha função primordial no desenvolvimento humano em suas dimensões cognitiva, afetiva, social e, ainda, econômica. No Brasil, entretanto, os desafios de ordem cultural e socioeconômica têm contribuído para que a leitura não se torne uma prática social cotidiana, o que, por sua vez, impacta negativamente o desenvolvimento sociocultural e educacional do país.

A ausência de leitura impede que as pessoas desenvolvam a percepção crítica e a compreensão aprofundada de seu papel na sociedade. Além disso, a limitação do acesso ao livro, à leitura e às bibliotecas, particularmente em ambientes educacionais em áreas de vulnerabilidade social, agrava essa problemática, o que ressalta a importância dessas ambiências e dos espaços culturais como fundamentais para a formação leitora.

Em termos estatísticos, de acordo com os dados levantados pela 6ª edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (Instituto Pró-Livro, 2024), uma parcela significativa da população tem dado pouca ou nenhuma importância à leitura. A referida pesquisa constatou que 53% dos brasileiros não leram livros nos últimos três meses, o que representa uma queda no número de leitores em relação aos dados da 5ª edição da pesquisa, que indicavam 48% de não leitores. (Instituto Pró-Livro, 2024).

Dados mais recentes do Censo Escolar 2024, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2025), indicam que apenas 49,4% das cerca de 179,3 mil escolas brasileiras possuem bibliotecas ou salas de leitura, evidenciando a persistência das desigualdades no acesso a espaços de formação leitora.

Essa carência se reflete nos problemas de instalação e manutenção enfrentados pelas bibliotecas escolares, que estão intimamente ligados à estrutura social desigual que garante privilégios a poucos, frustrando o movimento democratizador que impulsiona a transformação do conceito de biblioteca.

Considerando a importância da biblioteca escolar na democratização do acesso ao livro e na formação de leitores, este texto visa apresentar discussões referentes aos desafios, experiências e perspectivas de um projeto desenvolvido no estado do Ceará que visa criar e revitalizar bibliotecas em escolas públicas no estado para garantir o acesso ao livro e à leitura na escola por meio das bibliotecas. O projeto tem atuado em comunidades cearenses de média a alta vulnerabilidade social, buscando promover o vínculo de crianças e adolescentes com a literatura, com vistas à ampliação do acesso à leitura, à cultura e à cidadania para o desenvolvimento social.

Nesse contexto, o problema de investigação central deste estudo é analisar como o projeto *Territórios da Leitura*, ao promover a revitalização de bibliotecas e o desenvolvimento de ações de mediação em escolas públicas de comunidades vulneráveis no Ceará, contribui para a promoção da leitura e da cidadania.

A relevância desta investigação reside na importância de se compreender o impacto social de iniciativas da sociedade civil que buscam enfrentar as desigualdades de acesso ao livro e à cultura, especialmente em comunidades historicamente marginalizadas. Além disso, este estudo busca fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas e educacionais.

Para tanto, este artigo tem como objetivo geral analisar o projeto *Territórios da Leitura* como uma iniciativa de promoção da leitura e da

cidadania em escolas públicas de comunidades vulneráveis no Ceará; e como objetivos específicos, descrever as principais ações do projeto; apresentar seu impacto na criação/revitalização de espaços de leitura e no acesso a livros; identificar os desafios e potencialidades do projeto para a promoção da leitura e para o enfrentamento das desigualdades no que concerne ao acesso à leitura, à cultura e à biblioteca.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, combinando observação participante, análise documental e registros de campo. O referencial teórico fundamenta-se em autores dos campos da leitura, da mediação de leitura e das políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas. Os resultados são apresentados a partir de três eixos analíticos: (1) a revitalização simbólica e física dos espaços de leitura; (2) as práticas de mediação; e (3) formação leitora e a articulação com políticas públicas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este estudo começa pela reflexão de que a leitura está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento individual e ao progresso social, conforme demonstram autores que investigam suas dimensões culturais, pedagógicas e sociais (Cavalcante 2015; Dumont 2020; Freire, 2002; Petit, 2008; Yunes, 2002). Com base no objetivo central da pesquisa: analisar o projeto *Territórios da Leitura* como uma iniciativa de promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas cearenses, o referencial teórico foi estruturado em três eixos interdependentes: a) a leitura como prática cultural e social; b) a biblioteca escolar como espaço de mediação e cidadania; e c) as políticas públicas de leitura e democratização do conhecimento. Esses eixos articulam-se entre si e

permitem compreender o fenômeno investigado em suas múltiplas dimensões: simbólica, institucional e política.

2.1 A Leitura como prática cultural e social

A leitura deve ser compreendida como uma prática cultural atravessada por aspectos históricos, culturais e sociais. Trata-se de um processo que envolve múltiplas dimensões da experiência humana, desde o acesso ao texto até a sua apropriação simbólica e crítica. Essa perspectiva exige que se considere o papel do leitor como agente ativo na produção de sentidos, em permanente diálogo com o contexto social e cultural no qual está inserido. É nesse sentido que Chartier (1999), em sua análise da história da leitura, enfatiza que ler é um ato de apropriação e interpretação do mundo, que varia conforme os suportes, os contextos e os usos sociais da leitura. O autor chama atenção para o modo como as práticas leitoras são moldadas historicamente e se vinculam a diferentes formas de construção da subjetividade. Complementando essa perspectiva, Yunes (2002) reforça que o ato de ler ultrapassa a simples decodificação de signos e requer a consideração dos sentidos construídos na relação entre texto, contexto e leitor.

Essa compreensão da leitura como experiência situada e subjetiva reforça a importância de práticas pedagógicas que levem em conta o contexto de vida dos leitores, seus repertórios culturais e afetivos, e a dimensão simbólica do encontro com o texto. É nesse ponto que a mediação literária ganha importância, não como transmissão de significados prontos, mas como abertura ao diálogo, a escuta e a possibilidade de que cada sujeito construa sentidos próprios a partir do que é lido.

Nesse sentido, Dumont (2020) contribui ao compreender a leitura como uma ação geradora de conhecimento, na qual o sujeito leitor participa ativamente do processo de produção de sentidos, evidenciando o caráter formativo e interpretativo da leitura. Tal compreensão reforça a necessidade de que as práticas pedagógicas considerem o leitor como sujeito ativo do processo, o que desloca o ensino da leitura de uma perspectiva centrada na decodificação para uma abordagem voltada à construção de sentidos.

Com foco no campo educacional, Kleiman (2007) fortalece essa discussão ao distinguir o letramento pedagógico do letramento literário. O segundo, de particular interesse para esta pesquisa, refere-se à formação de leitores críticos e sensíveis às linguagens simbólicas e estéticas. O letramento literário, nesse sentido, amplia o horizonte da leitura para além da funcionalidade escolar, inserindo-o no âmbito das experiências formativas e da participação cidadã. Essa distinção é essencial para compreender os desafios de incentivar a leitura no ambiente escolar de forma significativa, para além das pressões conteudísticas, que afastam crianças e jovens da experiência estética e formativa da leitura.

A presença da literatura na escola, embora seja um avanço importante na democratização do acesso ao livro, muitas vezes ocorre de maneira engessada, reduzida a exercícios de interpretação normativa, análises técnicas ou avaliações que ofuscam sua potência estética e subjetiva. Esse processo, frequentemente identificado como escolarização da literatura, transforma o texto literário em objeto de decodificação, desconsiderando suas dimensões simbólica, afetiva e formadora, conforme destacado por Yunes (2002, p. 42),

Vejamos o que ocorre com frequência nas escolas e dificulta a aprendizagem da leitura. Em geral a criança lê o mundo com

muita espontaneidade e com a confiança de sua experiência, mas quando atravessa a porta da sala de aula tem o sentimento de que já não entende nada, porque o mundo agora é prisioneiro de outra linguagem, cifrada, sem sua participação e seu consentimento.

Petit (2008) aponta que a literatura pode ser um espaço privilegiado de elaboração da experiência e reconstrução da subjetividade, sobretudo em contextos de vulnerabilidade social. Quando tratada como mero conteúdo avaliativo, a literatura perde a capacidade de acolher, provocar e transformar, afastando os estudantes de sua dimensão mais significativa: a da possibilidade de encontro consigo e com o outro. A compreensão da leitura como prática social e formadora permite reflexões teóricas sobre os espaços que a viabilizam. Entre eles, a biblioteca escolar assume papel central ao promover, muitas vezes, o primeiro contato com os livros e a iniciação à apreciação literária.

2.2 Biblioteca escolar: mediação da leitura, cidadania e formação de leitores

Ao considerar a biblioteca como promotora do direito e acesso à leitura na escola, é necessário compreendê-la como uma ambiência transformadora, ou seja, como um espaço de encontro, diálogo e construção de sentidos. Sua função ultrapassa a mera disponibilização de acervos, sendo constituída como território de práticas pedagógicas e culturais voltadas à formação cidadã. Nesse contexto, a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA, 2015) define a biblioteca escolar como um espaço dinâmico de aprendizagem, essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da pesquisa para o crescimento pessoal, social e cultural.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, p. 138) posiciona a leitura como um dos quatro eixos estruturantes das linguagens, reforçando sua dimensão crítica e cultural. A ela atribui não apenas o domínio da decodificação, mas a competência de “[...] ‘desvendar’ suas múltiplas camadas de sentido [...]” e de responder às demandas da pessoa leitora de forma autônoma e reflexiva.

Yunes (2002) traz importantes contribuições ao conceber a mediação da leitura como prática fundamental para a aproximação afetiva, intelectual e simbólica entre o leitor e o texto. A mediação, segundo essa autora, deve ser pensada como processo ético-estético que possibilita a abertura de sentidos e a constituição de sujeitos críticos e criativos.

Sob esse enfoque, Cavalcante (2015, p. 402) afirma que “[...] a mediação é um fenômeno relacional instaurado entre seres humanos, de modo dialógico, cuja característica primordial é a diversidade da coexistência nos espaços do cotidiano”. Essa compreensão amplia o entendimento da mediação da leitura como uma prática que ultrapassa a dimensão técnica, configurando-se como uma experiência social e cultural marcada pelo encontro entre sujeitos, textos e contextos.

A partir dessa compreensão, Cavalcante, Barreto e Sousa (2020, p. 23) compreendem a mediação da leitura não apenas como o ato de disponibilizar o acervo, mas como um “[...] exercício sensível da autonomia e da liberdade do leitor [...]”, implicando a promoção de um diálogo que favorece o encontro entre texto e leitor e a construção compartilhada de sentidos.

Nesse contexto, a biblioteca escolar deve ser compreendida como um espaço de ação transformadora, capaz de fomentar o protagonismo estudantil e a participação sociocultural, especialmente quando integrada a

projetos como o *Territórios da Leitura*, que revitalizam esses espaços e os inserem em um ecossistema maior de formação leitora.

Não se trata apenas de despertar o gosto pela leitura, mas de pensar o ato de ler como uma ferramenta crítica para a compreensão de questões sociais complexas, para o desenvolvimento da empatia e para a promoção do respeito à diversidade. Estratégias de mediação devem começar pela construção de um acervo diversificado, que reflita as múltiplas culturas, histórias e vozes que compõem a sociedade, que incentivem a reflexão crítica e a ação social.

É necessário reconhecer que a construção de uma biblioteca verdadeiramente democrática e a implementação de mediação da leitura com foco na cidadania enfrentam desafios. A falta de recursos, a sobrecarga de trabalho, a necessidade de contratação de profissionais qualificados para atuação nesses espaços e, por vezes, a resistência a abordagens mais críticas podem ser obstáculos.

No entanto, ao reconhecer a biblioteca escolar como um espaço vital para a formação de pessoas conscientes e engajadas, e ao investir em práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, é possível transformá-la em um motor de crescimento social dentro da escola e em seu entorno. Essa transformação, contudo, não se sustenta apenas em iniciativas locais ou em esforços isolados. Ela requer o respaldo e implementação de políticas públicas, contínuas e bem estruturadas, capazes de garantir condições materiais, humanas e sociais.

2.3 Políticas Públicas de Leitura e o Acesso Democrático ao Conhecimento

A garantia do direito à leitura como fundamento da cidadania

depende de políticas públicas sólidas, que assegurem o acesso ao livro, à formação leitora e à biblioteca desde os primeiros anos da escolarização. No Brasil, diferentes iniciativas governamentais buscam consolidar esse campo por meio de programas, planos e ações nacionais que articulam distintas esferas públicas e diversos segmentos da sociedade. Essas ações, embora heterogêneas em alcance e continuidade, refletem o reconhecimento de que a leitura é um bem público, um direito essencial e um instrumento estratégico para a democratização do conhecimento.

Nesse sentido, destacam-se, historicamente, no Brasil, diferentes políticas públicas voltadas ao fortalecimento das bibliotecas escolares e à ampliação do acesso ao livro. Entre elas, sobressaem o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), posteriormente incorporado ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático por meio do Decreto nº 9.099/2017 (Brasil, 2017). O programa passou a contemplar, entre seus objetivos, a distribuição sistemática de acervos às instituições públicas de ensino, contribuindo para a ampliação das condições materiais necessárias às práticas de leitura no ambiente escolar.

Destaca-se também a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituída pela Lei nº 13.696 de 2018 (Brasil, 2018), que estabelece diretrizes permanentes para a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no país. A execução dessa política está atribuída à União, por meio da articulação entre o Ministério da Cultura (MinC) e Ministério da Educação (MEC), em cooperação com estados, municípios, Distrito Federal, sociedade civil e instituições privadas.

Além disso, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), consolidou-

se como uma das principais políticas públicas integradas voltadas para o fomento à leitura. Seu objetivo central é “[...] assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas [...]” (Brasil, 2014, p. 23). A versão mais recente do PNLL, publicada em 2026, atualiza e reafirma essas diretrizes, reforçando o compromisso com a democratização do acesso ao livro e à leitura, a valorização das bibliotecas e a formação de mediadores (Brasil, 2026).

Durante o processo de construção do novo PNLL, a A Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) apresentou contribuições que reforçam a necessidade de tornar as bibliotecas mais visíveis e efetivamente integradas às políticas públicas. Entre suas propostas estavam a mudança do nome para Plano Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas (PNLLB), além de diretrizes como a contratação de bibliotecários, financiamento contínuo, diversificação de acervos e garantia de governança transparente, com metas claras e participação ativa da sociedade civil. Parte dessas demandas se articula com diretrizes presentes na versão mais recente do PNLL (Brasil, 2026), ainda que nem todas tenham sido plenamente incorporadas.

A essa discussão soma-se a contribuição de Sala e Militão (2020), que destacam a existência de entraves à efetivação das políticas públicas de leitura e de bibliotecas escolares. Os autores apontam que, embora haja avanços normativos e iniciativas de fomento à leitura, a ausência de dotação orçamentária específica compromete a materialização dessas ações, que muitas vezes permanecem no campo das intenções. A pesquisa evidencia a carência de bibliotecas escolares estruturadas e de profissionais bibliotecários nas redes públicas de ensino, descumprindo legislações federais que preveem tais exigências.

No âmbito das políticas públicas voltadas às bibliotecas escolares, é fundamental que a distribuição de livros esteja articulada às dimensões da ação mediadora, das práticas de leitura, da formação de leitores e da formação de educadores-leitores e mediadores. Ressalta-se que os acervos devem ser planejados considerando as necessidades e os interesses do público a que se destinam, majoritariamente crianças e adolescentes, de modo a garantir diversidade, adequação pedagógica e potencial formativo. Além disso, a ambiência da biblioteca constitui elemento central, uma vez que os espaços de leitura precisam ser concebidos como ambientes acolhedores, esteticamente agradáveis e convidativos, capazes de estimular a permanência, a curiosidade e o envolvimento dos estudantes nas práticas leitoras.

Portanto, o planejamento de políticas públicas voltadas para o livro, a leitura e as bibliotecas deve ser construído de forma contínua, articulada e plural, incorporando os olhares, saberes e *savoir-faire* de diferentes atores sociais, gestores públicos, educadores, bibliotecários, leitores, escritores, produtores editoriais e representantes da sociedade civil. Essa diversidade de perspectivas é essencial para assegurar que tais políticas recebam uma análise crítica e competente, capaz de fortalecer, de maneira duradoura, a formação leitora no Brasil.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que concerne à metodologia, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, com base na análise das ações desenvolvidas no projeto *Territórios da Leitura*. Considerando a participação dos autores no contexto investigado, recorre-se à observação participante e à análise documental como

estratégias de coleta de dados.

O universo da investigação contempla as escolas públicas municipais do estado do Ceará que foram beneficiadas pelo projeto *Territórios da Leitura* no período entre 2019 e 2025, abrangendo aproximadamente 20 mil estudantes da rede pública.

A análise dos dados foi conduzida por meio do método de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), especialmente na vertente da análise temática. Essa técnica tem por objetivo identificar, categorizar e interpretar os núcleos de sentido presentes nos materiais analisados, permitindo a reconstituição de significados socialmente compartilhados a partir das práticas, registros e experiências.

A exploração do material empírico se deu a partir da codificação temática das informações e da identificação de categorias analíticas recorrentes, como: (1) Apresentação do Projeto *Territórios da Leitura*; (2) Revitalização de espaços de leitura; (3) Promoção da leitura e da cidadania; e (4) Articulação com políticas públicas.

A última etapa correspondeu ao tratamento e análise dos resultados obtidos, com base na interpretação dos dados à luz do referencial teórico, estabelecendo relações entre as ações do projeto e seus impactos potenciais na promoção da leitura e da cidadania nas escolas públicas municipais cearenses.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram organizados em quatro categorias analíticas, que refletem os principais eixos de atuação e impacto do projeto investigado. A primeira categoria trata da apresentação do projeto *Territórios da Leitura*, destacando sua concepção, objetivos e diretrizes

metodológicas. Em seguida, a análise contempla a revitalização de espaços de leitura, evidenciando como o projeto transforma ambientes escolares em espaços mais acolhedores e propícios à leitura. A terceira categoria aborda as ações de mediação de leitura e participação da comunidade escolar, ressaltando o papel dos mediadores, professores, estudantes e familiares nas práticas de leitura. Por fim, evidencia como as ações do projeto dialogam com os princípios e objetivos de políticas públicas voltadas à leitura e às bibliotecas.

4.1 Apresentação do Projeto *Territórios da Leitura*

Como parte dos objetivos específicos da pesquisa, esta seção apresenta o projeto *Territórios da Leitura* implementado desde 2019 com a finalidade de incentivar e aprimorar as práticas de leitura entre estudantes por meio da criação ou revitalização de bibliotecas escolares em comunidades vulneráveis do Ceará. O projeto é desenvolvido em escolas públicas situadas em territórios caracterizados por média ou alta vulnerabilidade social. Sua proposta central é ampliar as oportunidades de acesso ao conhecimento e promover a transformação social a partir das bibliotecas e das práticas de leitura, reconhecendo esses espaços como ambientes estratégicos para o desenvolvimento educativo e comunitário.

O *Territórios da Leitura* é idealizado e desenvolvido pela Invento Produções Culturais, com o apoio da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313/1991 – Lei Rouanet), do Ministério da Cultura (BRASIL, 1991). O projeto é patrocinado por empresas sediadas nas localidades onde atuam, dentre elas: Gerdau, Lunelli, Dakota, Grupo Dass, Marisol, Sumitomo e Cagece. Cada empresa participa adotando pelo menos uma

biblioteca escolar, destinando recursos provenientes de isenção fiscal. As secretarias de educação municipais também contribuem, assumindo custos relacionados a reparos elétricos e pintura das salas, enquanto os demais custos são cobertos pelos patrocinadores.

Entre 2020 e 2023, o projeto reinaugurou treze bibliotecas em escolas municipais de Fortaleza, Itapipoca, Maracanaú e Maranguape, alcançando aproximadamente 10.000 alunos. Em 2024, outras oito bibliotecas foram entregues, totalizando 27 unidades criadas ou revitalizadas, em municípios como Iguatu, Itapipoca, Icapuí, Maracanaú, Maranguape, Quixadá, Russas e Trairi, beneficiando cerca de 16.000 estudantes. Já em 2025, mais cinco bibliotecas foram inauguradas nas cidades de Cascavel, Caucaia, Beberibe, Pacatuba e Crato, elevando o total para 35 bibliotecas escolares, ampliando o alcance estimado para aproximadamente 20.000 alunos da rede pública de ensino no Ceará.

O tempo médio de atuação do projeto em cada escola é de seis meses, após o qual as administrações municipais se comprometem a manter os espaços em pleno funcionamento, garantindo a continuidade. Além da criação e revitalização dos espaços físicos, as bibliotecas recebem equipamentos, móveis, acervo e material de apoio para o processamento técnico.

Quadro 1 - Indicadores da Amostra da pesquisa

Indicador	Valor Atual	Observações
Bibliotecas revitalizadas	35 unidades	Dados atualizados até jul/2025
Municípios contemplados	17 municípios	Fortaleza, Itapipoca, Maracanaú, Maranguape, Iguatu, Itapipoca, Icapuí, Maracanaú, Maranguape, Quixadá, Russ, Trairi, Cascavel, Caucaia, Beberibe, Pacatuba e Crato

Escolas atendidas	35 escolas	Uma escola por biblioteca revitalizada
Estudantes beneficiados	20.000 alunos	Estimativa com base no INEP, 2025.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

Vale destacar, que as bibliotecas, quando revitalizadas por meio do projeto, são abertas à comunidade, ampliando seu impacto para além dos muros escolares. Elas se tornam espaço de convivência comunitária, proporcionando novas oportunidades de conhecimento buscando transformar o cenário social local através da leitura.

A cada edição, a iniciativa oferece oficinas literárias, clubes de leitura, contação de histórias, além de atividades formativas para os educadores, que envolvem consultorias sobre dinamização de acervos e mediação de leitura. O projeto possui na equipe uma bibliotecária que participa de todo o processo, desde o desenho arquitetônico da biblioteca, escolha do mobiliário, da seleção do acervo, bem como do processamento técnico deste.

Ao longo das edições surgem desafios, como a falta de bibliotecários nas escolas e o comprometimento das gestões escolares para manter os espaços em funcionamento após a conclusão do projeto. Ainda assim, o *Territórios da Leitura* tem demonstrado ser uma ação significativa, não apenas no combate às desigualdades de acesso ao livro, mas na garantia do direito à cultura, reescrevendo as histórias dessas comunidades por meio da educação e da leitura. Ao engajar alunos, professores, bibliotecários e a comunidade local, o projeto cria um ambiente propício ao desenvolvimento intelectual e emocional, em consonância com os objetivos de transformação social.

4.2 Revitalização simbólica e física dos espaços de leitura

A segunda categoria de análise diz respeito às intervenções realizadas nas bibliotecas, compreendidas como espaços simbólicos e efetivos de acesso ao conhecimento, à cultura e ao convívio comunitário. As ações do projeto resultaram na criação ou reestruturação de espaços de leitura em mais de 35 escolas da rede pública em diferentes municípios. Essas revitalizações incluíram pintura, mobiliário, climatização, iluminação adequada, ambientação lúdica e formação de acervo.

Do ponto de vista simbólico, essas ações contribuíram para ressignificar a imagem da biblioteca escolar como espaço de fruição, acolhimento e pertencimento. A revitalização dos espaços desloca o papel da biblioteca de um ambiente de armazenamento para um espaço de experiência, no qual a leitura passa a ser vivida, o que implica considerar as condições de uso, mediação e circulação da leitura, conforme discutem Yunes (2002) e Cavalcante (2015).

Tais transformações repercutem na identidade da escola e na valorização da leitura como prática cotidiana para além da sala de aula. Essa valorização do espaço como elemento simbólico e formativo de formação leitora também é ressaltada por Martins (2006), que, a partir de uma perspectiva pedagógica e de mediação literária, enfatiza a importância de ambientes acolhedores e da atuação sensível dos profissionais como condições essenciais para formar leitores.

No contexto das escolas selecionadas pelo projeto, essa reflexão se torna ainda mais significativa. Em sua maioria, os espaços destinados à leitura se restringem a depósitos improvisados de livros didáticos, sem ambientação adequada, com ausência de cores, estímulos visuais ou

qualquer sinal de fruição estética.

A atuação do projeto *Territórios da Leitura*, nesse sentido, promove a ressignificação desses espaços. Por meio de ações que incluem pintura artística, reorganização dos acervos, inserção de mobiliário confortável, ambientação lúdica e curadoria participativa, as bibliotecas escolares são transformadas em lugares vivos, acolhedores e simbólicos que convidam ao encontro, à imaginação e ao exercício da escuta e da palavra.

O projeto também atua no desenvolvimento das coleções das bibliotecas implantadas, buscando representar as comunidades escolares na curadoria dos acervos. As bibliotecas revitalizadas passam a contar com acervos mais atualizados, com variedade de gêneros e temas, que consideram as especificidades locais e culturais das comunidades escolares.

A seleção dos acervos, foi orientada por critérios de representatividade e diversidade, contemplando autores regionais, literatura afro-brasileira, indígena e obras que dialogam com o cotidiano dos estudantes, em consonância com diretrizes que apontam para a necessidade de constituição de acervos diversos, representativos e culturalmente situados, capazes de responder às necessidades e identidades das comunidades atendidas (IFLA, 2015).

4.3 Promoção da leitura e da cidadania

A terceira categoria evidencia o papel do projeto na dinamização das práticas de leitura no cotidiano escolar. Ao serem contempladas pelas ações do *Territórios da Leitura*, as escolas não recebem apenas suporte em infraestrutura, mas também um conjunto articulado de atividades de mediação literária. Essas ações envolvem tanto práticas

de leitura com as crianças quanto formações destinadas aos professores, entendendo que o trabalho pedagógico com a literatura exige que os docentes se apropriem de saberes específicos e saibam como mobilizá-los em espaços propícios, como a biblioteca escolar.

Essa perspectiva dialoga com Kuhlthau (2002), que enfatiza a necessidade de integrar a biblioteca escolar ao currículo pedagógico, ambiente ativo de formação leitora, onde os professores desempenham papel fundamental na dinamização das práticas educativas.

Os professores recebem 32 horas de formação, sendo 16 horas voltadas à mediação de leitura literária, ofertadas de forma presencial e por meio de seminários virtuais conduzidos por especialistas. Essa organização evidencia que a formação de mediadores exige a articulação entre fundamentos teóricos e práticas de leitura, ampliando repertórios e qualificando a atuação docente. Tal perspectiva dialoga com Yunes (2002), ao destacar que a mediação da leitura pressupõe a formação de sujeitos capazes de promover o encontro entre leitores e textos em uma perspectiva dialógica e formadora.

Nesse sentido, a relação entre leitura, mediação e cidadania pode ser compreendida a partir de Dumont (2020, p. 22), quando a autora afirma que “[...] a leitura é uma forma de se garantir a cidadania. Ao se ter um melhor entendimento sobre o processo de desenvolvimento da leitura e como ela deve ser mediada, pode-se garantir com maior eficácia que cada vez mais as pessoas tenham acesso à informação”. Assim, as ações formativas do projeto contribuem para ampliar o acesso à informação e fortalecer a leitura como prática social vinculada ao exercício da cidadania.

4.4 Articulação com as políticas públicas

A quarta categoria analisada diz respeito às articulações do projeto com as políticas públicas de educação, cultura e leitura. Observa-se que as ações do *Territórios da Leitura* dialogam diretamente com diretrizes previstas no PNLL e no PNBE, além de se relacionarem com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) – criado para assegurar o acesso igualitário à leitura e à informação por meio de bibliotecas públicas estruturadas e integradas em rede.

Nesse conjunto de reflexões, é fundamental compreender que iniciativas oriundas da sociedade civil não substituem as responsabilidades do poder público no fortalecimento de políticas educacionais e culturais, tampouco na garantia dos recursos financeiros e humanos necessários para sua implementação. Tais iniciativas, no entanto, podem atuar de forma complementar, ampliando seu alcance e incidência.

Ademais, a articulação com secretarias municipais de educação e cultura, bem como com agentes locais, potencializa a capilaridade e a eficácia das ações desenvolvidas. Nesse sentido, o *Territórios da Leitura* configura-se como uma política em ação, com potencial de replicabilidade e impacto sistêmico.

A análise dos dados coletados a partir das quatro categorias investigadas evidencia que o projeto tem promovido contribuições significativas para a revitalização simbólica e física dos espaços de leitura, para a formação de leitores e mediadores, para o engajamento da comunidade escolar e para o diálogo com políticas públicas. Articuladas entre si, essas ações fortalecem a construção de uma cultura leitora em territórios historicamente vulnerabilizados, ampliando o acesso ao livro e

ao ato de ler. Contudo, reafirma-se que o papel do Estado nas áreas da Educação e da Cultura é insubstituível; iniciativas da sociedade civil devem caminhar em complementaridade, contribuindo para a efetivação do direito à educação e à leitura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar a contribuição do projeto *Territórios da Leitura* para a promoção da leitura e da cidadania em escolas públicas de comunidades vulneráveis no estado do Ceará. Os resultados da análise temática revelaram que a iniciativa impacta positivamente o cotidiano escolar em múltiplos aspectos, desde a revitalização física e simbólica dos espaços de leitura até a dinamização de práticas pedagógicas inovadoras de mediação cultural e a ampliação do acesso ao livro para além dos muros da escola.

A transformação das bibliotecas escolares em "lugares de estar" e "lugares de afeto" demonstra o poder de um ambiente acolhedor e estimulante pode engajar os estudantes com a leitura e o aprendizado. As diversas ações de mediação literária implementadas pelo projeto, como oficinas, clubes de leitura e contação de histórias, contribuíram para expandir o repertório literário dos alunos, fortalecer seu vínculo afetivo com os livros e formar professores como mediadores competentes. A abertura das bibliotecas à comunidade promoveu maior integração entre escola e território, consolidando a biblioteca como um equipamento cultural a serviço da cidadania.

Ademais, a articulação do *Territórios da Leitura* com políticas públicas evidencia o seu potencial, capaz de alcançar comunidades com baixos indicadores de acesso à cultura e à informação. A iniciativa se

alinha com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), reforçando a importância da leitura como direito e prática permanente de formação cidadã.

Apesar dos resultados promissores, a pesquisa também aponta para desafios importantes, como a necessidade de garantir a sustentabilidade das ações a longo prazo, a carência de profissionais especializados como bibliotecários e a importância de uma maior integração com as políticas públicas já existentes. Superar esses desafios é fundamental para consolidar os avanços alcançados e garantir que iniciativas como a que analisamos neste estudo possam continuar contribuindo para a promoção da formação leitora, o desenvolvimento da cidadania e a transformação social em comunidades vulneráveis.

Em suma, o projeto configura-se como uma experiência relevante e replicável de impacto social, demonstrando que o investimento na revitalização de bibliotecas escolares em territórios periféricos representa um passo significativo no enfrentamento das desigualdades, na valorização das experiências culturais locais e na construção de um futuro mais justo e leitor.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo escolar da educação básica 2024: resumo**

técnico. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2024.pdf. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Brasília: Planalto. **Diário Oficial da União:** Brasília, seção 1, 12 jul. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC). **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 18 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Cultura. **Caderno do PNLL.** Edição atualizada e revisada. Brasília: MEC/MinC, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll/arquivos/caderno-pnll.pdf/view>. Acesso em: 02 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Cultura; Ministério da Educação. **Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL): 2026–2036.** Brasília: MinC; MEC, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll/arquivos/pnll>. Acesso em: 24 abr. 2026.

CAVALCANTE, L. E. Diálogos entre informação social, mediação cultural e comunidade. *In:* BELUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. (orgs.). **Redes de conhecimento e competência em informação:** interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p.399-413.

CAVALCANTE, L. E.; BARRETO, D. Q.; SOUSA, L. F. (org.). **Mediações de leitura:** o ato de ler que nos conecta. Fortaleza: Edições Pausa, 2020. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/55561/1/2020_liv_lecavalcante_dqbarreto_lfsousa.pdf. Acesso em: 24 abr. 2026.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; UNESP, 1999.

DUMONT, L. M. M. Construtos próprios sobre leitura na Ciência da Informação. *In*: DUMONT, L. M. M. (org.). **Leitor e leitura na Ciência da Informação: diálogos, fundamentos, perspectivas**. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2020. p. 21–52. Disponível em: <https://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2020070001.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2026.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Dados do Censo Escolar 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 02 dez. 2025.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil**. 6. ed. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentação_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf. Acesso em: 02 dez. 2025.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. 2. ed. Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2025.

KLEIMAN, A. B. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1–25, 2007. DOI: <https://doi.org/10.17058/signo.v32i53.242>. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/signo/article/view/242>. Acesso em: 14 maio 2026.

KUHLTHAU, C. **Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MARTINS, E. O espaço de mediação de leitura na biblioteca escolar. *In*: SILVA, J. R.; BORTOLIN, S. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. São Paulo: Polis, 2006. p. 55-64. (Coleção Palavra-Chave, v. 17).

PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. São Paulo: Editora 34, 2008.

SALA, F.; MILITÃO, S. C. N. Políticas públicas de leitura e biblioteca escolar: análise da materialização em Anhumas/São Paulo. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 421–438, jul./set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2020.45856>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052020000500421 Acesso em: 02 dez. 2025.

YUNES, E. Leitura, a complexidade do simples: do mundo à letra e de volta ao mundo. *In*: YUNES, E. (org.). **Pensar a leitura: complexidade**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002. p. 13-51.